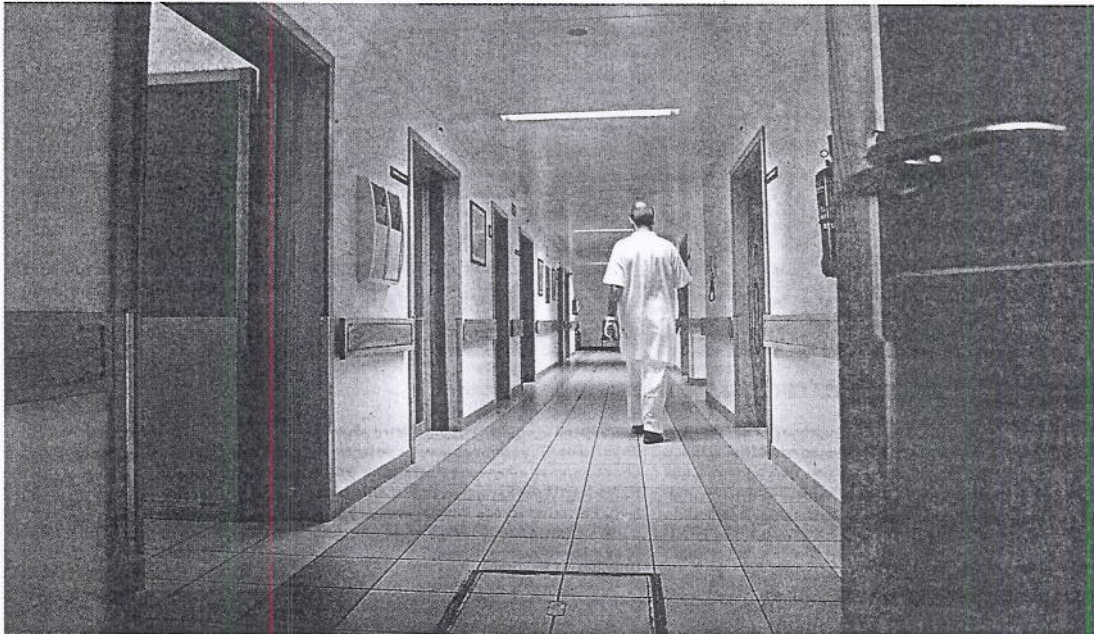


Cortes ilegais nas horas devolvidos aos médicos

Saúde. Primeiro-ministro, José Sócrates, reconhece ilegalidade. Governo estuda uma solução



Para responder a atrasos nas listas de espera e urgência, muitos médicos recebem 500 a 700 euros por mês a mais

DIANA MENDES

Os ministérios das Finanças e da Saúde vão devolver as verbas cortadas ilegalmente a milhares de médicos e enfermeiros nos últimos dois meses. Ontem, os dois gabinetes confirmaram que "estão a trabalhar em conjunto no sentido da regularização da situação", um volte-face que chega depois da intervenção do primeiro-ministro, José Sócrates, que reconheceu a existência de uma ilegalidade.

Na semana passada, a Federação Nacional dos Médicos (FNAM) e o Sindicato Independente dos Médicos (SIM) criticaram pela segunda vez o corte indevido de verbas que deviam ter sido auferidas em 2010, mas que vieram juntar-se aos vencimentos de Janeiro e de Fevereiro. Por essa razão, foram taxadas indevidamente no âmbito dos cortes de 3,5% a 10% previstos no Orçamento do Estado.

Ontem, fonte do gabinete do primeiro-ministro disse ao DN que José Sócrates "tomou conhecimento da situação numa reunião informal com elementos dos sindicatos e depois de se inteirar do que se passava concluiu que es-

tas horas estavam a ser ilegalmente taxadas. Apesar de estarem a ser pagas em 2011, eram referentes a trabalho desempenhado anteriormente". Os dois ministérios começaram a trabalhar na solução "posteriormente ao alerta do primeiro-ministro".

Apesar de várias tentativas, os dois gabinetes escusaram-se a dar mais pormenores sobre a solução que será tida em conta, mas não negaram que vai haver uma devolução dos valores incorrectamente retirados aos profissionais.

O advogado Garcia Pereira está certo de que esta taxa "é ilegal e inconstitucional, porque incide sobre remunerações relativas ao ano anterior e que apenas foram pagas em 2011 porque o Estado se atrasou. Está em mora", denuncia.

A lei do Orçamento determina que a parte a taxar seja apenas "relativa a remunerações que se vençam em Janeiro, por isso era mau que se legitimasse o benefício do infractor e se cortassem verbas auferidas antes. A lei do OE não prevê isso. Além disso, como se estão a cortar verbas de anos anteriores, retroactivas, estamos perante uma inconstitucionalidade, já que se está a violar o princípio da certeza e da segurança do cidadão".

Apesar de os dois ministérios não terem referido quais as soluções em estudo, o advogado está certo de que "terá de haver uma devolução total do dinheiro cortado obrigatoriamente, acrescido de juros de mora. E com isto refiro-me aos juros relativos a todo o período de atraso".

Providências em análise

A situação denunciada pelo DN no final de Janeiro surgiu depois da publicação de uma circular emiti-

da pela Administração Central dos Sistemas de Saúde (ACSS), que sublinhou o aviso da Direcção-Geral do Orçamento: todos os abonos efectivamente recebidos naquele mês, mesmo que gerados noutra data, serão considerados para a determinação do valor a cortar.

Sérgio Esperança, da FNAM, que refere haver atrasos no pagamento na ordem dos 60 a 90 dias, calcula que haja médicos a receber entre 500 e 700 euros em horas extraordinárias por mês, razão que já

OUTROS SECTORES

INVESTIGADORES DA PJ

► **Greve** Os funcionários de investigação criminal da Polícia Judiciária (PJ) foram dos primeiros a manifestarem-se contra as novas regras do Orçamento do Estado de 2001 para o pagamento das horas extraordinárias, que vieram diminuir o valor pago por hora. A Associação Sindical dos Funcionários de Investigação Criminal da Polícia Judiciária decretou uma greve, por tempo indeterminado, às horas extraordinárias, que se mantém desde Dezembro.

PROFESSORES

► **Quatro meses** Também os professores começam hoje uma greve às horas extras, devido à mesma medida. Os docentes queixam-se que as regras para a função pública não se deviam sobrepor ao que foi negociado no Estatuto da Carreira Docente. Prevê-se que a greve dure até ao final do ano lectivo (ver pág. 16).

TRANSPORTES

► **Redução** Em Fevereiro, empresas de transportes públicos e privados também fizeram greves em protesto contra a redução do pagamento de horas extraordinárias – e cortes salariais, já que a tutela exigiu cortes semelhantes aos da função pública. Metro de Lisboa, Transtejo, Carris e STCP foram algumas das empresas afectadas.

leveu vários clínicos a avançar com providências cautelares para impedir as reduções. Ontem, na zona de Lisboa, a FNAM já tinha 20 pedidos de médicos para serem entregues no dia 16, pedidos que também incluem os cortes aplicados aos salários e aos descontos para as reformas.

Perante o estudo de uma solução para este problema, Sérgio Esperança referiu que se "vai esperar pela solução antes de avançar" com mais medidas.

18 mil enfermeiros contra taxa sobre serviços por pagar há um ano

► **ATRASOS** Há um ano que muitos enfermeiros aguardam os pagamentos de verbas relativamente ao trabalho extra que fizeram para diminuir as listas de espera. Guadalupe Simões, do Sindicato dos Enfermeiros Portugueses (SEP), afirma ao DN que "pelo menos metade dos enfermeiros no Serviço Nacional de Saúde recebe verbas extraordinárias, ou seja, cerca de 18 mil profissionais".

Se os médicos fazem horas extraordinárias nos bancos, para res-

ponder a cirurgias em atraso ou nos centros de saúde, os enfermeiros recebem suplementos de cerca de 300/400 euros, sobre os quais incidiram cortes desde Janeiro.

"Fazemos tardes, noites, fins-de-semana e feriados, geralmente trabalho suplementar pago com cerca de dois meses de atraso." Horas que ajudam a garantir o prolongamento dos horários dos centros de saúde e também o programa das listas de espera, "que

muitas vezes são pagas ao fim de um ano. Mesmo os transplantes têm atrasos de pagamento de seis meses", garante.

Sobre o anúncio conjunto das duas tutelas, apenas afirma um "vamos ver", com alguma dúvida. "Temos de ver se o dinheiro nos é devolvido sem cortes. Se assim for o problema está resolvido." O sindicato continua a preparar uma acção colectiva, com providências cautelares relativas aos cortes salariais e das reformas.